

ATA Nº 01/26 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA – PAULIPREV

Em 02 de fevereiro de 2026, às 09h00, na sede do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV, situado na avenida dos Pioneiros nº 86, Santa Terezinha, Paulínia/SP, reuniram-se o Diretor Administrativo-Financeiro e membro do Comitê de Investimentos Douglas Henrique Municelli, e os demais membros do Comitê de Investimentos, Adelson Chaves dos Santos, Ronaldo Naomassa Nakada e Marcos Antonio Sambo.

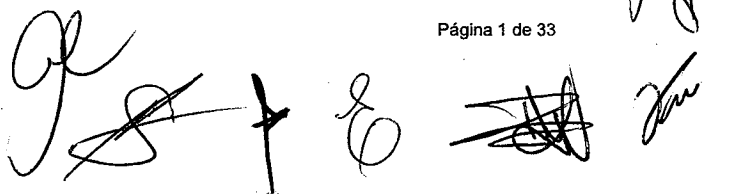
INTRODUÇÃO

Iniciou-se a reunião com apresentação das variações do Cenário Econômico do mês de janeiro de 2026, assim como os relatórios de Investimentos do mês dezembro de 2025, ocasião em que foi apresentada a rentabilidade da Carteira do Pauliprev.

01 – DO CENÁRIO ECONÔMICO

O debasement de moedas se refere ao ato proposital por parte de quem a controla de reduzir seu valor real. Originalmente, era um termo empregado quando as autoridades literalmente limavam moedas de metal, removendo parte de seu peso. Em seu uso moderno, significa que o governo emissor daquela moeda deliberadamente provoca uma inflação elevada ou pratica um juro real bastante negativo. Ao longo de janeiro, observamos movimentos substanciais nos preços de diversos ativos que foram guiados pelo temor que pudesse haver um forte movimento de “fuga do dólar”, refletindo supostos riscos de debasement da moeda americana. A nosso ver, tanto o uso desse termo para refletir o movimento observado no último mês é impreciso quanto os riscos associados a uma contínua perda de valor do dólar tem sido exagerados.

Os principais movimentos de mercado que chamaram atenção no período recente estiveram associados aos metais preciosos, ativos reais e moedas. As cotações do ouro e da prata chegaram a apresentar altas de 28% e 63% ao longo de janeiro em relação a dezembro,

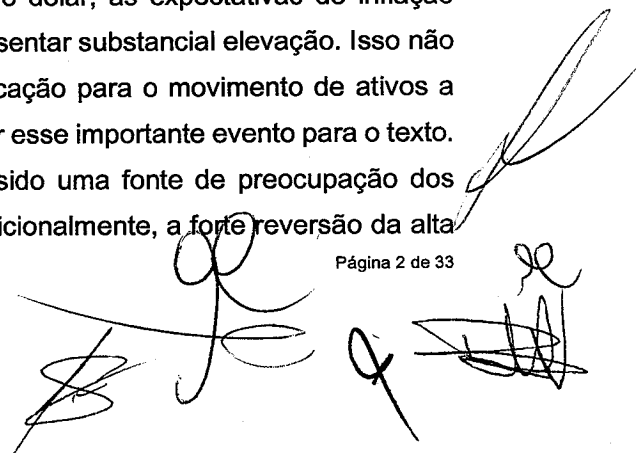


respectivamente. Houve correção importante, na última semana, para fechar o mês com variações de 15% e 19%. Nas moedas, houve depreciação do dólar entre 3% e 5% em relação a diversos países (Austrália, Brasil, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, México, Suécia, Chile, Malásia, Suíça e outras). Outros ativos percebidos como boas reservas de valor também apresentaram valorização significativa, como ações de empresas de mineração e mesmo o petróleo. Nesse último caso, as tensões sobre um potencial conflito com o Irã foram mais relevantes.

É interessante notar que esse movimento de depreciação do dólar e debates sobre o debasement da moeda americana ocorreram simultaneamente a surpresas positivas com o crescimento do PIB. As expectativas médias de mercado para a expansão da atividade nos EUA para este ano saíram de 2,0% em dezembro para perto de 2,4% atualmente. Também houve uma postura mais conservadora do Fed e elevação moderada da curva de juros ao longo do mês. Normalmente, esses eventos resultariam em fortalecimento do dólar. A explicação para esse movimento parece estar no mesmo contexto observado desde o início de 2024: o risco percebido pelos investidores, especialmente pelos governos de outros países, que conflitos diversos com os EUA tornariam menos atraente utilizar os ativos americanos como reservas de valor.

Esse movimento de gestores de reservas internacionais oficiais já vem sendo observado desde o ano passado, em decorrência da guerra tarifária. Claro, antes disso a invasão da Ucrânia pela Rússia e o congelamento das reservas em dólar, euro, franco suíço e outras moedas já havia levado certos grupos de países a realizar movimentos de diversificação de suas reservas para fora do sistema financeiro internacional. Mas nesse caso, o efeito era observado no dólar, no euro e em outras moedas, não apenas no dólar (isso explicou parte importante do movimento do ouro e outros metais preciosos). O recente episódio de disputa pela Groenlândia trouxe mais um elemento para o contexto geopolítico e parece ter sido um gatilho relevante para o comportamento dos ativos neste início de ano.

Contudo, as explicações que apontam para os riscos de debasement do dólar parecem deixar de fora um elemento importante: se o movimento decorresse de uma percepção efetiva que haveria uma política deliberada de perda de valor do dólar, as expectativas de inflação implícitas nos títulos de renda fixa dos EUA deveriam apresentar substancial elevação. Isso não foi verificado. Propositamente deixamos de fora da explicação para o movimento de ativos a questão da presidência do Fed, mas é o momento de trazer esse importante evento para o texto. A possibilidade de perda de independência do Fed tem sido uma fonte de preocupação dos mercados há muitos meses e foi reforçada em janeiro. Adicionalmente, a forte reversão da alta



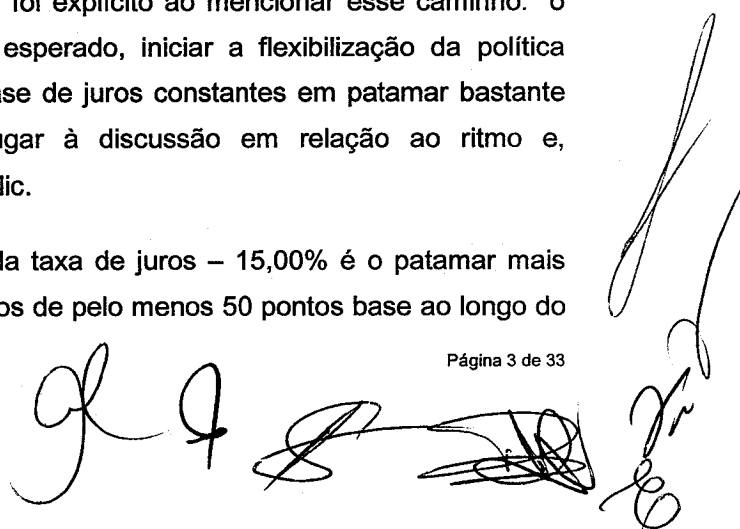
do ouro e outros metais preciosos foi causada pela indicação de Kevin Warsh para a presidência do Fed, que é percebido como alguém que manterá a condução normal da política monetária. De todo modo, as expectativas de inflação implícitas não sugerem que o risco de um descontrole monetário nos EUA fosse um risco real e também não apresentaram movimento relevante com a indicação. Por fim, compondo esse quadro confuso, houve uma ameaça de intervenção coordenada e conjunta dos EUA e do Japão sobre o iene, que parece não ter se materializado. Contudo, a razão era sustentar o iene, não depreciar o dólar.

A nosso ver, utilizar o termo debasement para caracterizar os movimentos e o contexto recente não é adequado. Pelo motivo que exagera a percepção que haveria o risco de um descontrole monetário não observado nos mercados de renda fixa dos EUA e pelo fato que traz o foco para longe do lugar adequado. A questão não é se os EUA desejam depreciar deliberadamente o dólar, mas o que está acontecendo parece ser muito mais uma mudança de percepção dos outros países sobre as relações com os EUA. Em um contexto internacional no qual há maior fragmentação, os investidores, especialmente os oficiais, desejam concentrar menos seus investimentos em apenas uma região, por mais relevante que possa continuar a ser.

A continuidade de sinais de resiliência da atividade nos EUA e a consolidação de que a política monetária será conduzida de maneira normal deveriam nos levar a enxergar com cautela e não extrapolar a tendência de perda de força do dólar adiante. O euro, por exemplo, apresenta diversas fragilidades em relação ao crescimento das economias europeias e um contínuo menor crescimento da produtividade. Assim, é difícil identificar um grande ciclo de apreciação dessa moeda. Claramente, a principal moeda muito depreciada em relação ao dólar está em outro país, na China. A economia chinesa segue ganhando participação nos mercados globais de exportação e apresenta um superávit em conta corrente bastante elevado. Contudo, é um regime de câmbio controlado e tema para outra discussão.

Nos últimos meses, argumentamos que a queda das expectativas de inflação e da inflação corrente permitiriam ao Banco Central iniciar um processo de recalibragem da taxa de juros. De fato, em sua última reunião, o Copom foi explícito ao mencionar esse caminho: "o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião". Assim, a fase de juros constantes em patamar bastante restritivo por um período prolongado dará lugar à discussão em relação ao ritmo e, especialmente, ao ciclo total de ajuste da taxa Selic.

Sobre o ritmo, tendo em vista o nível da taxa de juros – 15,00% é o patamar mais elevado desde 2006 – seria natural esperar passos de pelo menos 50 pontos base ao longo do

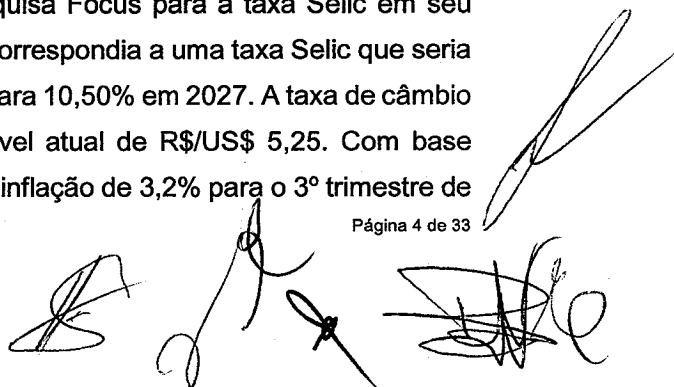


ciclo de flexibilização. Contudo, a comunicação do Copom afasta cortes de 75 pb ao afirmar que o ajuste da taxa Selic será realizado com “serenidade”. A expressão fala por si só, mas também remete a outro ciclo recente de queda da taxa de juros. Na forma de comunicação dos bancos centrais, é frequente esse diálogo com expressões utilizadas no passado. No ciclo de 2023, o termo “serenidade” também esteve presente para indicar quedas de 50 pb, procurando afastar o deslocamento das expectativas que estava ocorrendo para cortes de 75 pb ou mesmo 100 pb.

O contexto da economia explica essa abordagem cautelosa por parte do Copom, uma vez que a atividade segue relativamente aquecida, há novos estímulos ingressando na economia e as expectativas de inflação e a inflação corrente seguem acima da meta de 3,0%. A nosso ver, tanto o fato de o Copom ter indicado explicitamente o início do ciclo de ajuste para março como o elevado patamar da taxa de juros e o provável tamanho do ciclo são condizentes com nossa expectativa de redução da Selic em 50 pb na próxima reunião. Adicionalmente, o próprio modelo de projeção de inflação do Banco Central é compatível com uma trajetória da taxa de juros que se inicia com 50 pb para atingir a meta de inflação no horizonte relevante.

O tamanho do ciclo total de redução é mais importante, evidentemente. Para inferirmos qual deve ser o “plano de voo” do Copom, neste momento, podemos utilizar dois pontos mais relevantes: a comunicação e o modelo de simulação. O comunicado do Comitê ressalta que a estratégia de manter uma política monetária apertada não mudou, mas que a queda da inflação e os sinais de transmissão da política monetária (expectativas, câmbio e moderação da atividade) permitem “uma calibração do nível de juros”. Ou seja, estamos falando de um ciclo total moderado. Quanto calibrar? A resposta normal seria “pelo menos o necessário para devolver a taxa de juros real de volta ao patamar quando o ciclo de alta foi interrompido”. No primeiro trimestre do ano passado, as expectativas de inflação se situaram ao redor de 5,50%. Agora estão em 4,00%, o que significa uma queda de 150 pb das expectativas. Aplicando uma regra de Taylor padrão (que estabelece que a taxa de juros deveria subir e cair mais do que as expectativas de inflação) a correspondência para a Selic seria uma possível queda entre 200 e 250 pb apenas por esse motivo.

O modelo de simulação utilizado pelo Banco Central também permite um outro caminho para avaliar o tamanho total do ciclo, pelo menos como uma referência sobre qual é o “plano de voo”. O modelo de simulação utiliza a trajetória da pesquisa Focus para a taxa Selic em seu cenário de referência. Na última reunião do Copom, isto correspondia a uma taxa Selic que seria reduzida para entre 12,00% e 12,25% ao final de 2026 e para 10,50% em 2027. A taxa de câmbio utilizada foi de R\$/US\$ 5,35, ligeiramente abaixo do nível atual de R\$/US\$ 5,25. Com base nessas e em outras hipóteses, a simulação indicava uma inflação de 3,2% para o 3º trimestre de



2027 (acumulada em 12 meses, sendo esse o horizonte relevante atual para as decisões de política monetária).

A rigor, portanto, seria necessária uma trajetória ligeiramente superior da trajetória de juros para alcançar a meta de 3,0%, ao menos com base no modelo de simulação. Uma possibilidade, que não é a única, seria reduzir a taxa Selic para perto do patamar de 12,00% este ano, mas não seguir a trajetória do Focus ao longo do primeiro trimestre de 2027 que prevê cortes adicionais. Dessa forma, podemos dizer que o modelo atual é compatível com uma queda da taxa Selic parecida com a do Focus, para entre 12,00% e 12,25%, mas com certo viés de alta. Também não permite antever reduções adicionais para além de 12,00% de forma sequencial.

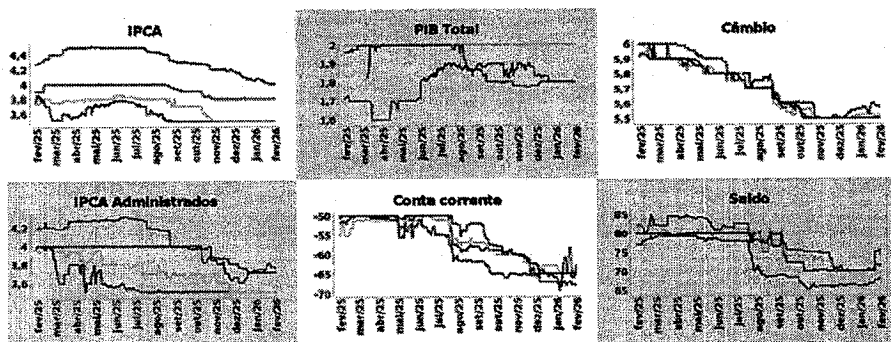
Combinando essas evidências, podemos dizer que o “plano de voo” do Copom apontaria para um corte de juros entre 200 e 300 pontos. Naturalmente existem riscos em torno desse cenário e não há qualquer compromisso do Banco Central com uma trajetória pré-determinada. Do lado favorável, a taxa de câmbio poderia apresentar maior apreciação. Somos relativamente céticos com essa possibilidade, mas dependerá da trajetória global do dólar, como discutido na seção Global.

Do lado desfavorável, a atividade econômica segue com sinais ambíguos, com renda em expansão firme, taxa de desemprego baixa e novos estímulos que ainda surtirão efeito, além do crédito reacelerando; de outro lado, a geração de vagas formais apresentou desaceleração relevante e a produção industrial está estagnada há diversos trimestres. É um contexto que reforça a posição de cautela do Banco Central. A nosso ver, segue válido o cenário base com o qual temos trabalhado: uma redução da taxa Selic com passos graduais de 50 pb, com taxa terminal de 12,00% em 2026 e um balanço de riscos no sentido de alta. A trajetória ao longo de 2027, a seu turno, dependerá muito mais da evolução da política fiscal e parafiscal adiante.

Fonte: Bradesco Asset

Boletim FOCUS – Banco Central do Brasil 30/01/2026.

Agregado	2026					2027					2028								
	H4 4 semanas	H4 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. %	5 dias úteis	Resp. %	H4 4 semanas	H4 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. %	5 dias úteis	Resp. %	H4 4 semanas	H4 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. %
IPCA (variação %)	4,06	4,00	3,99	▲ (4)	156	3,99	52	3,80	3,80	3,80	▲ (13)	148	3,66	49	3,50	3,50	3,50	▲ (13)	112
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,80	1,80	1,80	▲ (8)	111	2,22	25	1,80	1,80	1,80	▲ (5)	80	1,80	23	2,00	2,00	2,00	▲ (13)	112
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,50	5,50	▲ (16)	123	5,45	27	5,50	5,51	5,50	▼ (1)	123	5,42	25	5,52	5,52	5,52	▲ (5)	90
Selic (% a.a.)	12,25	12,25	12,25	▲ (8)	169	12,00	48	10,50	10,50	10,50	▲ (21)	134	10,00	43	10,00	10,00	10,00	▲ (1)	11
IGPM (variação %)	3,95	3,87	3,92	▲ (1)	69	3,90	20	4,00	4,00	4,00	▲ (55)	63	4,00	18	3,85	3,85	3,85	▲ (7)	35
IPCA Administrados (variação %)	3,73	3,76	3,75	▼ (1)	97	3,72	22	3,71	3,71	3,71	▲ (6)	75	3,69	20	3,70	3,70	3,70	▲ (1)	11
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,00	-67,89	-67,90	▼ (1)	28	-63,30	4	-65,00	-65,00	-65,00	▲ (8)	34	-59,60	4	-62,61	-64,20	-64,20	▲ (1)	25
Balança comercial (US\$ bilhões)	66,00	67,65	67,65	▲ (1)	68	60,00	5	76,00	75,55	75,55	▲ (1)	34	74,65	4	80,00	80,00	80,00	▲ (1)	25
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	74,00	74,85	74,15	▼ (2)	34	74,00	5	77,83	78,50	78,50	▲ (1)	34	75,50	5	79,00	80,00	78,00	▼ (1)	25
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	74,33	78,36	76,32	▼ (1)	57	76,00	11	73,71	73,80	73,80	▲ (2)	53	73,40	11	74,00	74,00	74,00	▲ (1)	25
Resultado primário (% do PIB)	-0,55	-0,53	-0,53	▲ (3)	66	-0,50	12	-0,40	-0,40	-0,40	▲ (1)	58	-0,50	12	-0,19	-0,20	-0,20	▲ (1)	45
Resultado nominal (% do PIB)	-0,56	-0,60	-0,60	▲ (2)	57	-0,61	10	-0,70	-0,65	-0,65	▲ (1)	48	-0,50	10	-0,19	-0,20	-0,20	▲ (1)	45



Aos dados divulgados no último boletim Focus, publicado pelo Banco Central do Brasil, registram-se as seguintes expectativas do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos.

Para o ano de 2026, a mediana das projeções indica inflação medida pelo IPCA em 3,99%, situando-se dentro do intervalo da meta estabelecida para a política monetária. A expectativa de crescimento do PIB permanece em 1,8%, enquanto a cotação do dólar é estimada em aproximadamente R\$ 5,50 ao final do período. A projeção para a taxa Selic aponta 12,00% ao ano, indicando perspectiva de redução em relação ao nível atual de juros.

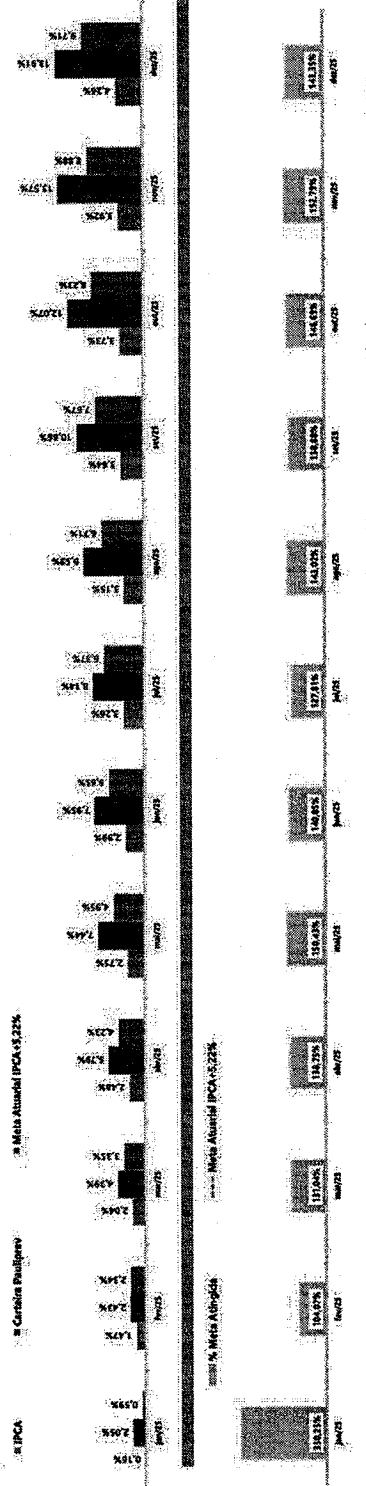
Para 2027, as projeções do mercado indicam inflação de 3,80%, crescimento econômico também estimado em 1,8%, manutenção do dólar em torno de R\$ 5,50 e continuidade do processo de redução da taxa básica de juros, com expectativa de 10,50% ao ano para a Selic.

Já para 2028, as estimativas apontam inflação de 3,50%, crescimento do PIB de 2,0%, dólar em aproximadamente R\$ 5,52 e taxa Selic projetada em 10,00% ao ano.

De modo geral, as projeções indicam cenário de inflação controlada, redução gradual da taxa de juros e crescimento econômico moderado, com relativa estabilidade no câmbio ao longo do período analisado.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
 COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA		COMITÊ DE INVESTIMENTOS	
ATIVO	ATIVO	ATIVO	ATIVO
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
...
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00



[Handwritten signatures and initials]

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

03 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 4963/2021, DEZEMBRO -2025

SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI		Renda Fixa			Artigo 7º, III, a) a) Fundos Renda fixa em geral	
SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI (Adm)		Renda Fixa				
SANTANDER	INSTITUCIONAL RE DI (FOR)		Renda Fixa				
BANCO BRASIL	BB PREV PERFIL		Renda Fixa	9,31%	70%		
RJ	TMJ IMA B F I RF		Renda Fixa				
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL MAB		Renda Fixa				
RJ	TOWER RFI I MAB-5 II		Renda Fixa			Total	R\$ 186.152.449,23
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G ESTRATEGICA		Renda Fixa	8,18%	100%	Artigo 7º, I, b) b) Fundos referenciados 100% Títulos Públicos	
BANCO BRASIL	BB PREV RET TOTAL		Renda Fixa			Total	R\$ 163.487.791,32
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)		Renda Fixa	66,13%	100%	Art. 7º, I, II - Títulos Públicos do TN	
						Total	R\$ 1.321.898.794,80
GENIAL	PIATA RF LP PREV CRED PRIV		Crédito Privado	0,03%	10%	Artigo 7º, V, b - Fundos Renda fixa/Crédito Privado	
						Total	R\$ 581.025,58
CM CAPITAL	GGR PRIME I FIDC		Renda Fixa + FIDC			Artigo 7º, V, a) a) Cota de classe sênior de fundos de investimento em direito creditório (FIDC)	
TRUSTEE	ILUMINATI FIDC		Renda Fixa + FIDC				
RJ	LIME FIDC SENIOR		Renda Fixa + FIDC	1,00%	10%		
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP		Renda Fixa + FIDC				
RJ	INCENTIVO MULTISETORIAL I		Renda Fixa + FIDC			Total	R\$ 19.993.864,12
RJ	FINMULTIMERCADO SCULPTOR DP		Multimercado	0,78%	10%	Artigo 10º, Inciso I	
						Total	R\$ 15.117.602,93
RJ	HAZZ		Imobiliário			Artigo 11º b) FII presença 80% nos 12 meses anteriores	
RJ	BR HOTEIS FII		Imobiliário	1,07%	10%		
TRUSTEE	INFRA REAL ESTATE FII		Imobiliário			Total	R\$ 21.462.578,90
RJ	INFRA SETORIAL		FII			Artigo 10º, II a) FIIs (que atendam requisitos governança)	
RJ	W7 FII INFRA TEC		FII				
RJ	FII GESTÃO EMPRESARIAL		FII	1,79%	5%		
BNY MELLON	ATICO FLORESTAL FII		FII				
RJ	ATICO GERAÇÃO ENERGIA		FII				
						Total	R\$ 34.851.812,78
BRDESCO	PLURAL DIVIDENDOS FIA		Ações			Artigo 9º, I a) Fundo de Ações	
BRDESCO	BAHIA BBM VALDATION II FIC FIA		Ações	11,78%	40%		
BRDESCO	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA		Ações				
ITALI	ITALU AÇÕES DYNAMIS FIC		Ações				
						Total	R\$ 215.469.317,04
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.691.853.930,95			84,65%		
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 235.469.817,64			11,78%		
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00			0,00%		
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 49.779.315,72			2,49%		
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 21.462.578,90			1,07%		
TOTAL GERAL		R\$ 1.998.565.643,11			100,00%		

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncicelli
Diretor Administrativo e Financeiro

04 – CARTEIRA DE ESTIMADA

Data de Referência: 31/12/2025 - Comitê de Investimentos Pauliprev		
Ativos	Porcentual	Saldo Estimado
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	100,0%	R\$ 1.321.648.794,60
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA	100,0%	R\$ 113.577.855,00
BB PREV RET TOTAL	100,0%	R\$ 49.909.926,32
BB PREV PERFIL	100,0%	R\$ 68.596.863,09
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE	100,0%	R\$ 76.034.495,14
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE (Adm)	100,0%	R\$ 17.686.092,42
SANTANDER INST FIC RENDA FIXA RE (for)	100,0%	R\$ 7.726.238,19
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	100,0%	R\$ 47.753.025,94
PLURAL DIVIDENDOS fia	100,0%	R\$ 26.770.615,48
ICATU VANGUARDA DIVIDENDO FIA	100,0%	R\$ 61.447.244,05
ITAU DUNAMIS FDO DE INVEST	100,0%	R\$ 99.498.932,07
FUNDOS LIQUIDOS		R\$ 1.890.650.082,30
TOWER BRIDGE RF FI IMA-B-5	100%	R\$ 1.717.803,16
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA	75%	R\$ 6.754.507,48
PIATA FI RF LP PREV CREDITO PRIVADO	75%	R\$ 435.769,26
TMJ IMA B FIRF	53%	R\$ 1.897.868,51
FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	58%	R\$ 1.046.354,38
INCENTIVO MULTISSETORIAL I	55%	R\$ 191.107,01
LME FIDIC SENIOR	90%	R\$ 4.534.002,20
BBIF MASTER FIDC LP	100%	R\$ 181.222,98
GGR PRIME I FIDC	75%	R\$ 6.251.302,59
ILLUMINATI FIDC	63%	R\$ 3.831.876,41
FIM FPI LONGO PRAZO	15%	R\$ 1.528.474,19
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	53%	R\$ 8.012.276,55
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	0%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	80%	R\$ 3.382.345,76
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	0%	R\$ 0,00
W7 - INFRA TEC FIP	0%	R\$ 0,00
ATICO RF FI IMOBILIARIO - HAZ	75%	R\$ 8.208.371,01
BR HOTEIS FI	83%	R\$ 7.793.308,03
FIP - INFRA SANEAMENTO	100%	R\$ 19.478.008,78
INFRA REAL STATE FI	60%	R\$ 1.128.556,47
FUNDOS ILIQUIDOS		R\$ 76.373.154,77
TOTAL		R\$ 1.967.023.237,07

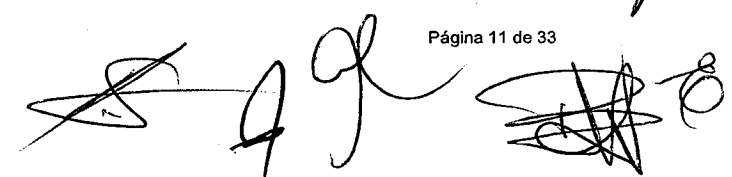
Com base nas informações enviadas pelos administradores e gestores dos fundos que integram a carteira de investimentos da Pauliprev, além dos dados repassados por prestadores de serviços especializados, estimou-se que, em setembro, o valor total da carteira hipotética atingiu R\$ 1.967.023.237,07. Esse resultado supera o registrado no mês anterior que foi de R\$ 1.960.931.576,28, refletindo um crescimento significativo no período.

A carteira estimada é construída com base nas informações fornecidas pelos gestores e administradores, especialmente no que se refere às suas perspectivas de recuperação dos ativos. Essa metodologia permite projetar, de forma mais precisa, a evolução esperada do patrimônio ao longo do período, considerando possíveis perdas em fundos ilíquidos.

05 – VARIAÇÃO TAXA DE JUROS

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

REUNIÃO			PERÍODO DE VIGÊNCIA	META SELIC %	TAXA SELIC	
Nº	DATA	VIÉS		(1)(6)	% (3)	% A.A.
276º	28/01/2026		29/01/2026 -	15,00		
275º	10/12/2025		11/12/2025 – 28/01/2026	15,00	1,84	14,90
274º	05/11/2025		06/11/2025 – 10/12/2025	15,00	1,33	14,90
273º	17/09/2025		18/09/2025 – 05/11/2025	15,00	1,95	14,90
272º	30/07/2025		31/07/2025 – 17/09/2025	15,00	1,95	14,90
271º	18/06/2025		20/06/2025 – 30/07/2025	15,00	1,61	14,90
270º	07/05/2025		08/05/2025 – 19/06/2025	14,75	1,64	14,65
269º	19/03/2025		20/03/2025 – 07/05/2025	14,25	1,69	14,15
268º	29/01/2025		30/01/2025 – 19/03/2025	13,25	1,63	13,15
267º	11/12/2024		12/12/2024 – 29/01/2025	12,25	1,51	12,15
266º	06/11/2024		07/11/2024 – 11/12/2024	11,25	0,97	11,15
265º	18/09/2024		19/09/2024 – 06/11/2024	10,75	1,42	10,65
264º	31/07/2024		01/08/2024 – 18/09/2024	10,50	1,38	10,40
263º	19/06/2024		20/06/2024 – 31/07/2024	10,50	1,18	10,40
262º	08/05/2024		09/05/2024 – 19/06/2024	10,50	1,15	10,40
261º	20/03/2024		21/03/2024 – 19/06/2024	10,75	1,33	10,65
260º	31/01/2024		01/02/2024 – 20/03/2024	11,25	1,39	11,15
259º	13/12/2023		14/12/2023 – 31/01/2024	11,75	1,45	11,65
258º	01/11/2023		03/11/2023 – 13/12/2023	12,25	1,28	12,15
257º	20/09/2023		21/09/2023 – 02/11/2023	12,75	1,38	12,65
256º	02/08/2023		03/08/2023 – 20/09/2023	13,25	1,68	13,15
255º	21/06/2023		22/06/2023 – 02/08/2023	13,75	1,53	13,65
254º	03/05/2023		04/05/2023 – 21/06/2023	13,75	1,74	13,65
253º	22/03/2023		23/03/2023 – 03/05/2023	13,75	1,38	13,65
252º	01/02/2023		02/02/2023 – 22/03/2023	13,75	1,69	13,65
251º	07/12/2022		08/12/2022 - 01/02/2023	13,75	2,05	13,65
250º	26/10/2022		27/10/2022 – 07/12/2022	13,75	1,43	13,65
249º	22/09/2022		22/09/2022 – 26/10/2022	13,75	1,23	13,65
248º	03/08/2022		04/08/2022 – 21/09/2022	13,75	1,74	13,65
247º	15/06/2022		17/06/2022 - 03/08/2022	13,25	1,68	13,15
246º	04/05/2022		05/05/2022 - 16/06/2022	12,75	1,43	12,65
245º	16/03/2022		17/03/2022 - 05/05/2022	11,75	1,45	11,65
244º	02/02/2022		02/02/2022 - 16/03/2022	10,75	1,13	10,65
243º	08/12/2021		09/12/2021 - 02/02/2022	9,25	1,40	9,15
242º	27/10/2021		28/10/2021 - 08/12/2021	7,75	0,82	7,65



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

06 - DA VARIAÇÃO DA CARTEIRA

DEZEMBRO - Data de Referência: 30/12/2025 - Comitê de Investimentos - Pauliprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Resgate	Rend %	Saldo Final	
BANCO DO BRASIL S/NINB	R\$ 1.311.120.350,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,803%	R\$ 1.321.648.794,60	
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 110.276.163,81	R\$ 4.766.651,83	R\$ 0,00	-R\$ 1.825.657,26		R\$ 113.577.855,00	
BB PREV RET TOTAL	R\$ 48.624.960,13	R\$ 692.308,04	R\$ 0,00	R\$ 592.658,15		R\$ 49.909.926,32	
BB PREV PERFL	R\$ 67.766.906,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 629.956,60		R\$ 68.596.863,09	
SANTANDER INST FIC RF	R\$ 96.513.220,14	R\$ 11.739.379,71	R\$ 0,00	-R\$ 33.312.950,94	1,334%	R\$ 76.034.495,14	
SANTANDER INST FIC RF (adm)	R\$ 16.695.648,75	R\$ 1.468.519,18	R\$ 0,00	-R\$ 687.578,05		R\$ 17.686.092,42	
SANTANDER INST FIC RF (top)	R\$ 0,00	R\$ 7.687.938,67	R\$ 0,00	R\$ 38.299,52		R\$ 7.726.238,19	
BANCA BBM VALUATION FIC DE PA	R\$ 47.239.268,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513.757,76	1,088%	R\$ 47.753.025,94	
FLUPAL DIVIDENDOS	R\$ 26.476.430,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 294.185,29	1,111%	R\$ 26.770.615,48	
CATUMANGUA FIC DIVIDENDO FIA	R\$ 61.189.274,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 277.969,79		R\$ 61.447.244,05	
BRADISCO SELETOEN	-R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		-R\$ 0,00	
ITAU MOVIMENTO 30	-R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		-R\$ 0,00	
ITAU UNIMED FIC DE INVESTI	R\$ 98.340.751,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.158.180,71		R\$ 99.498.932,07	
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 1.884.222.973,67	R\$ 26.394.974,43	R\$ 0,00	-R\$ 35.626.185,23	0,842%	R\$ 1.896.656.082,30	
TOWER BRIDGE RRETI MAISS	R\$ 1.730.718,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12.915,40	0,746%	R\$ 1.717.803,16	
TOWER BRIDGE RRETI RENDA FVX PAULINA	R\$ 8.945.941,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.068,09	0,671%	R\$ 9.006.009,97	
PARATI RFLP PREV CRED PRIV	R\$ 589.520,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 8.494,83		R\$ 581.025,68	
ITAJUBA RFLP	R\$ 3.795.677,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 221.790,76	0,184%	R\$ 3.580.883,98	
RRE FICX INSTITUCIONAL MAB	R\$ 1.808.588,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.529,55	-0,250%	R\$ 1.804.059,28	
INGENHO MULTISECTORAL	R\$ 351.043,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.576,46	1,019%	R\$ 347.467,29	
LEME FIC SENIOR	R\$ 5.102.172,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 64.392,44	1,231%	R\$ 5.037.780,22	
CITIBANK BBF MASTER FIC DIP	R\$ 186.013,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.790,14		R\$ 181.222,98	
FIC GEX (PRIME)	R\$ 8.381.348,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 46.278,38	-0,552%	R\$ 8.335.070,12	
ILUMINATI FIC	R\$ 5.904.263,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.080,38		R\$ 6.082.343,51	
FIM FPI LONGO PRAZO	R\$ 10.509.675,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 319.847,45		R\$ 10.189.827,90	
EMULTEGADISQ SUPERIOR	R\$ 15.042.589,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.913,19	0,498%	R\$ 15.117.502,93	
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIC	R\$ 4.228.825,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 4.227.992,20	
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIC	R\$ 162.225,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 893,38	-0,021%	R\$ 158.381,65	
W7 INTRA FIC FIC	R\$ 608.531,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 869,73	-0,143%	R\$ 607.662,26	
ARTCO RFI IMOBILIARIO - IMAZ	R\$ 10.922.870,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.623,88	0,188%	R\$ 10.944.494,68	
BR HOTESIF	R\$ 9.361.079,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.448,09	0,411%	R\$ 9.399.527,75	
FIC INTRA SAANEAMENTO	R\$ 19.560.002,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 19.478.008,78	
INTRA REAL STATE	R\$ 1.130.234,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.137,63		R\$ 1.128.566,47	
FUNDOS EQUICOS	R\$ 1.992.554.297,57	R\$ 26.394.797,43	R\$ 0,00	-R\$ 36.050.114,64	0,779%	R\$ 1.998.565.645,11	
TOTAL	R\$ 1.992.554.297,57	R\$ 26.394.797,43	R\$ 0,00	-R\$ 36.050.114,64	0,779%	R\$ 1.998.565.645,11	

07 – ASSEMBLEIAS E CONSULTAS FORMAIS

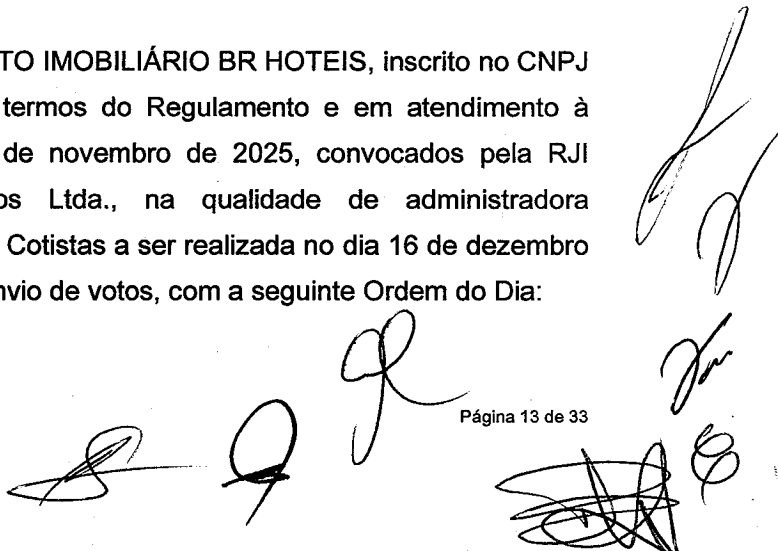
HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII CNPJ nº 14.631.148/0001-39 (“Fundo”) EDITAL DE CONVOCAÇÃO Ficam os cotistas do HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII, inscrito no CNPJ sob o nº 14.631.148/0001-39 (“Fundo”), nos termos do Regulamento do Fundo, convocados pela RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo (“Administradora”), a pedido da Graphen Investimentos Ltda. (“Gestora”), para a Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada no dia 10 de dezembro de 2025 (“Assembleia”), exclusivamente com envio de votos, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Deliberar acerca da proposta de liquidação do Fundo, de acordo com o Plano de Liquidação que segue anexado no presente edital, com a consequente aprovação do seu encerramento; **Aprovado** – era necessário pelas condições dos ativos. Prazo razoável.
- 2) Aprovar a alteração do Regulamento do Fundo para refletir o deliberado, caso a proposta de liquidação seja aprovada no item 1 acima. **Aprovado**

Ficam os cotistas do GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.490.580/0001-69 (“Fundo”), nos termos do Regulamento do Fundo, convocados pela RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora (“Administradora”), para a Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2025 (“Assembleia”), exclusivamente com envio de votos, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo do exercício findo em 30 de junho de 2025. **Abstenção** – cautela devido aos processos em andamento.

Ficam os cotistas do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO BR HOTEIS, inscrito no CNPJ sob o nº 15.461.076/0001-91 (“Fundo”), nos termos do Regulamento e em atendimento à deliberação da assembleia realizada em 21 de novembro de 2025, convocados pela RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora (“Administradora”), para a Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2025 (“Assembleia”), exclusivamente com envio de votos, com a seguinte Ordem do Dia:



- 1) Aprovação do Plano de Liquidação do Fundo que segue anexado ao presente Edital de Convocação. **Aprovado** – consistente com a situação de conclusão dos ativos. Prazo de 12 meses.

Ficam os cotistas do INCENTIVO MULTISSETORIAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – EM LIQUIDAÇÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 10.896.292/0001-46 (“Fundo”), nos termos do Regulamento do Fundo, convocados pela RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora (“Administradora”), para a Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2025 (“Assembleia”), exclusivamente com envio de votos, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo do exercício findo em 31 de agosto de 2025. **Abstenção** – cautela considerando histórico do fundo.

O BANCO GENIAL S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), através do Ato Declaratório nº 15.455 de 13 de janeiro de 2017 para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907 – Parte, Botafogo, CEP 22.250-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.246.410/0001-55, na qualidade de administrador (“Administrador”) do Fundo PIATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO CNPJ/MF Nº 09.613.226/0001-32, vem, por meio da presente, consultar V.Sa. (“Cotista”), para que manifeste eletronicamente seu voto na Assembleia Geral Ordinária de Cotistas no que se refere a seguinte Ordem do Dia: ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

- (I) Apreciação e aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo, notas explicativas e parecer do Auditor Independente, referentes ao Exercício Social findo em 30 de junho de 2024; **Abstenção** – cautela considerando histórico do fundo.
- (II) Apreciação e aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo, notas explicativas e parecer do Auditor Independente, referentes ao Exercício Social findo em 30 de junho de 2025. **Abstenção**

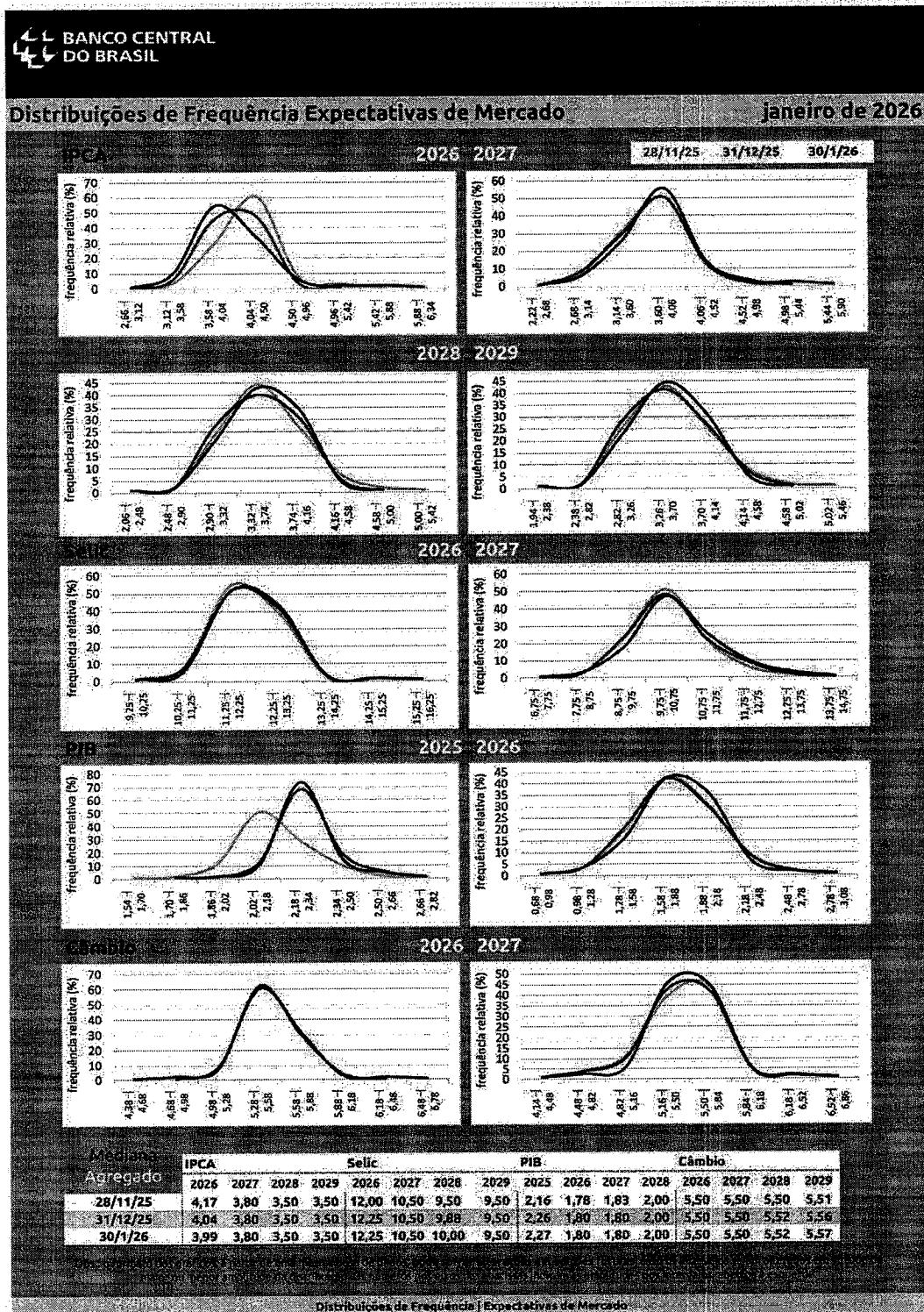
08 – VALORES RECEBIDOS

No dia 12 de dezembro de 2025, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate, inscrito no CNPJ nº 18.369.510/0001-04, no valor de R\$ 2.137,63 (dois mil cento e trinta e sete reais e sessenta e três centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal, no Fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55. No dia 19 de dezembro de 2025, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do FUNDO TMJ IMAB, inscrito no CNPJ nº 13.594673/0001-69, no valor de R\$ 221.790,76 (duzentos e vinte e um mil setecentos e noventa reais e setenta e seis centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal, no Fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

09 - RELAÇÃO DE FUNDOS EM DEZEMBRO/2025

ADMINISTRADORA	GESTORA	FUNDOS	CNPJ	CATEGORIA
ITAU	ITAU	INSTITUCIONAL ALOC DINAMIC RF	21.838.150/0001-49	RENDA FIXA
SANTANDER	SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI	02.224.354/0001-45	RENDA FIXA
RJI	VERITAS	TMJ IMA B FI RF	13.594.673/0001-69	RENDA FIXA
TRUSTEE	BRPP	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	23.896.287/0001-85	RENDA FIXA
RJI	BRPP	TOWER BRIDGE RF FI IMAB-5 II	23.954.899/0001-87	RENDA FIXA
RJI	BRPP	TOWER BRIDGE RF FI IMAB-5	12.845.801/0001-37	RENDA FIXA
BANCO BRASIL	BB	BB Prev RF Retorno Total	35.292.588/0001-89	RENDA FIXA
BANCO BRASIL	BB	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	**	RENDA FIXA
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER R.F ATIVO FIC FI	26.507.132/0001-06	RENDA FIXA
CAIXA	CAIXA	CAIXA FIC BRASIL GEST. ESTRATÉGICA	23.215.097/0001-55	RENDA FIXA
BANCO BRASIL	BB	BB PREV PERFIL	13.077.418/0001-49	RENDA FIXA
GENIAL	BRPP	PIATÁ RF LP PREV CRÉD. PRIV	09.613.226/0001-32	CRED. PRIV
RJI	BRPP	INCENTIVO II MULTISSETORIAL II	13.344.834/0001-66	RENDA FIXA - FIDC
CM CAPITAL	GRAPHEN	GGR PRIME I FIDC	17.013.985/0001-92	RENDA FIXA - FIDC
PLANNER	QUELUZ	ILLUMINATI FIDC	23.033.577/0001-03	RENDA FIXA - FIDC
RJI	GRAPHEN	LME FIDC SENIOR	12.440.789/0001-80	RENDA FIXA - FIDC
SANTANDER	BRPP	BBIF MASTER FIDC LP	11.003.181/0001-26	RENDA FIXA - FIDC
RJI	BRPP	FIDC INCENTIVO MULTISSETORIAL I	10.896.292/0001-46	RENDA FIXA - FIDC
RJI	QUELUZ	FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP	14.655.180/0001-54	MULTIMERCADO
RJI	GRAPHEN	HAZZ	14.631.148/0001-39	IMOBILIARIO
RJI	GRAPHEN	BR HOTEIS FII	15.461.076/0001-91	IMOBILIÁRIO
PLANNER	INFRA ASSET	INFRA REAL ESTATE FII	18.369.510/0001-04	IMOBILIÁRIO
RJI	INFRA ASSET	INFRA SETORIAL FIP	14.721.044/0001-15	FIP
PLANNER	A5 CAPITAL	W7 FIP	15.711.367/0001-90	FIP
RJI	RJI	FIP/ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	18.373.362/0001-93	FIP
BNY MELLON	QUELUZ	BRASIL FLORESTAL FIP	12.312.767/0001-35	FIP
BEL	ARENA	FIM FP2 MULTISTRATÉGIA	20.886.575/0001-60	FIP
RJI	BRPP	ÁTICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	11.490.580/0001-69	FIP
BEM DTVM	PLURAL INVEST	PLURAL DIVIDENDOS	11.898.280/0001-13	AÇÕES
BEM DTVM	BAHIA ASSET	BBM VALUATION II FIC FIA	09.635.172/0001-06	AÇÕES
BEM DTVM	IGATU	VANGUARDA DIVIDENDOS FIF	08.279.304/0001-41	AÇÕES
ITAU	ITAU	ITAÚ DUNAMIS FIC RL	24.571.992/0001-75	AÇÕES

10 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E EXPECTATIVAS DE MERCADO



[Handwritten signature]

[Handwritten marks and signatures]

11 - FATOS RELEVANTES



FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO BR HOTEIS
CNPJ nº 15.461.076/0001-91

FATO RELEVANTE

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0002-11, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 – parte, Centro, CEP: 20040-909 (“RJI” e “Administradora”), na qualidade de administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO BR HOTEIS, inscrito no CNPJ sob o nº 15.461.076/0001-91 (“Fundo”), vem divulgar comunicado à V.Sas. acerca da LIQUIDAÇÃO do Fundo, conforme o cronograma abaixo, tendo em vista o exposto na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 16 de dezembro de 2025.

DATA	DESCRIÇÃO
16/12/2025	Assembleia Geral de Cotistas aprovando a Liquidação e Encerramento do Fundo
17/12/2025	Atual Fato Relevante, informando o cronograma de liquidação:
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Data base do Cadastro
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Suspensão das negociações a partir da abertura do pregão
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Início do Prazo para informe do custo médio
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Final do Prazo para informe do custo médio
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Divulgação do resgate total
Até 31 de dezembro de 2027, em conformidade ao disposto no plano de liquidação*.	Data do pagamento do resgate total

*Tendo em vista o Plano de Liquidação aprovado pelos cotistas e as particularidades atinentes ao Fundo.

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.br

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2025.

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administradora

MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, 4º andar, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1460, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04548-000

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, MonteSerrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90459-001

+55 21 3500-4500
+55 51 2313-0266
rjicv.com.br
rjigestora.com.br

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2025.

**COMUNICADO AOS COTISTAS DO
BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA – EM
LIQUIDAÇÃO
CNPJ Nº 12.312.767/0001-35
("FUNDO")**

Prezados Cotistas,

O BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BNY" ou "Administrador") e a QLZ Gestão de Recursos Financeiros Ltda. ("QLZ" ou "Gestora"), em conjunto na qualidade de prestadores de serviços essenciais do FUNDO, informam o que segue:

1. Redução de Capital da Tree Florestal Empreendimentos e Participações S/A ("Tree Florestal"):

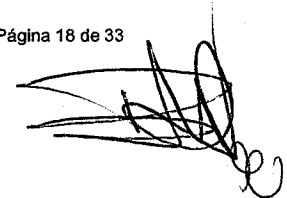
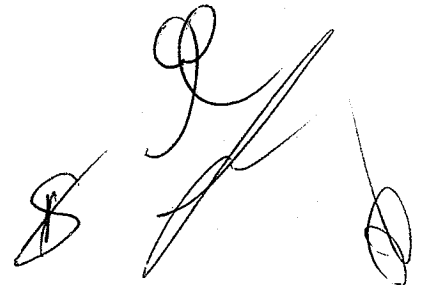
Em 22 de outubro de 2025, a Tree Florestal, companhia investida pelo FUNDO, realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a redução do seu capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). A medida foi adotada em razão do capital social estar acima do necessário para as atividades da companhia, conforme previsto no artigo 175 da Lei nº 6.404/1976, com restituição proporcional aos acionistas.

Após o decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias sem oposição de credores, conforme previsão do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, o montante de R\$ 9.999.999,94 (nove milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos) foi disponibilizado ao patrimônio líquido do FUNDO.

2. Amortização aos cotistas do FUNDO:

Embora o regulamento do FUNDO preveja expressamente que a realização de amortização de cotas é competência da assembleia geral de cotistas, e que sua implementação depende da aprovação de, no mínimo, 51% das cotas subscritas, o FUNDO encontra-se em processo de liquidação desde 16 de setembro de 2019, data em que tal liquidação foi aprovada pelos cotistas em assembleia geral.

Ainda, conforme relatórios periódicos enviados pela Gestora aos cotistas do FUNDO, resta esclarecido que a redução de capital na Tree Florestal tem como objetivo final a amortização aos cotistas do valor disponibilizado ao patrimônio líquido do FUNDO, como plano de liquidação.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Considerando que o Administrador adiantou o pagamento de determinadas despesas do FUNDO, no valor aproximado de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) e que foi estimado o valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) de despesas para o exercício de 2026, o valor de R\$ 1.340.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta mil reais) será retido para reembolso ao Administrador relativo à cobertura das despesas e encargos operacionais adiantadas, bem como, para o provisionamento despesas previstas para o exercício de 2026, respectivamente.

Deste modo, o FUNDO realizará uma amortização aos seus cotistas no valor total de R\$ 8.660.000,00 (oito milhões, seiscentos e sessenta mil reais), com data-base estimada para realização do evento de amortização, o dia 02 de janeiro de 2026, e pagamento em até 3 (três) dias úteis contados a partir dessa data.

Ademais, é importante destacar que está prevista a ocorrência de novas reduções de capital na Tree Florestal no ano de 2026. Caso tais reduções venham a se concretizar, o valor correspondente será disponibilizado ao FUNDO, que procederá à respectiva amortização aos cotistas, conforme o plano de liquidação do FUNDO. Essas amortizações, quando aplicáveis, serão realizadas pelo Administrador no menor prazo operacionalmente possível, após a verificação de que as despesas do FUNDO estejam devidamente quitadas e em conformidade.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

QLZ GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.
Gestora

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS



TMJ IMA-B FI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA
CNPJ nº 13.594.673/0001-69 ("Fundo")

FATO RELEVANTE

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 - parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20040-909 ("RJI" e "Administradora"), na qualidade de administradora do **TMJ IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.594.673/0001-69 ("Fundo"), vem informar à V.Sas que o Fundo realizou amortização na data de hoje, 19 de dezembro de 2025, tendo como data de lançamento o dia 17 de dezembro de 2025, em favor dos cotistas, respeitadas as proporcionalidades das cotas, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme Plano de Liquidação aprovado em Consulta Formal encerrada em 25 de maio de 2020.

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2025.

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, 4º andar, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1460, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04548-000

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, Mont'Serrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90450-001

+55 21 3500-4500
+55 51 2313-0206
rjicorretora.com.br
rjigestora.com.br

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS



GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

CNPJ nº 11.490.580/0001-69

RERRATIFICAÇÃO DO FATO RELEVANTE

A RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora do GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, vem, por meio desta, rerratificar o Fato Relevante endereçado aos Cotistas no dia 17 de novembro de 2025, com o intuito de corrigir o reprocessamento, que apresentou variação positiva de 65,55% (sessenta e cinco vírgula cinquenta e cinco por cento), quando deveria apresentar a variação positiva de 35,22% (trinta e cinco vírgula vinte e dois por cento). A variação divergiu em razão de uma baixa de provisão de performance incorreta. Segue o Fato Relevante rerratificado:

GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

CNPJ nº 11.490.580/0001-69

FATO RELEVANTE

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 - parte, Centro, CEP: 20040-909 ("RJI" e "Administradora"), na qualidade de administradora do GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.490.580/0001-69 ("Fundo"), vem informar à V.Sas. que houve reprocessamento na carteira do Fundo, na data do dia 14 de novembro de 2025, onde foi observada a variação positiva na precificação das cotas no importe de 35,22% (trinta e cinco vírgula vinte e dois por cento), com base no relatório jurídico de êxito apresentado pelo patrono do Fundo.

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025.

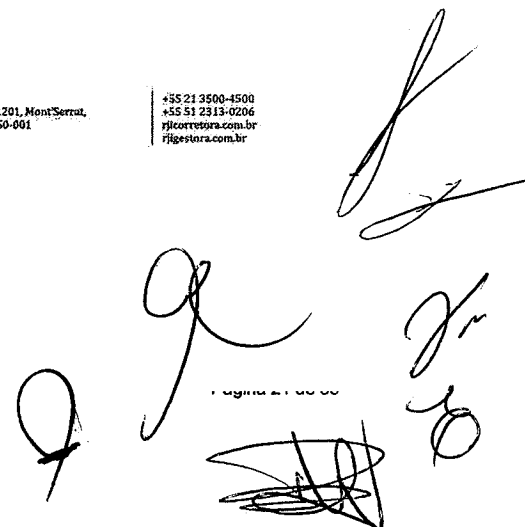
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, 4º andar, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1460, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04540-000

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, Mont'Serrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90450-001

+55 21 3500-4500
+55 51 2313-0206
rjicorretora.com.br
rjigestora.com.br



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS



INFRA SETORIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
CNPJ nº 14.721.044/0001-15

FATO RELEVANTE

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909 ("RJI" e "Administradora"), na qualidade de administradora do **INFRA SETORIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.721.044/0001-15 ("Fundo"), vem informar que o Fundo teve a carteira reprocessada na data 31 de março de 2025, onde foi observada a variação na precificação das cotas no importe de -0,42 (menos zero vírgula quarenta e dois por cento), tendo em vista o relatório técnico fundamentado no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo referente ao ativo CONASA e o Valor Patrimonial do ativo SF 329 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A.

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.br

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025.

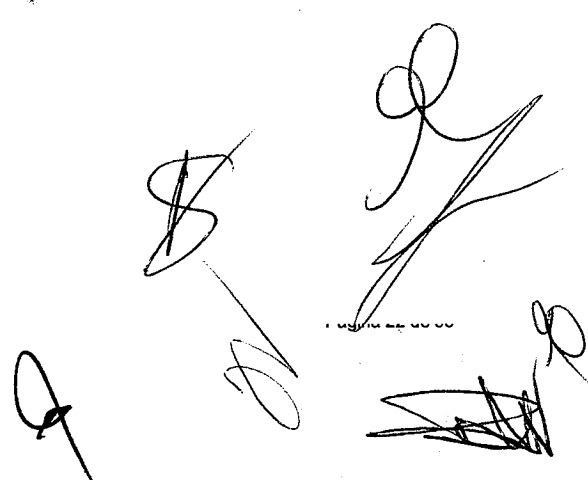
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, 4º andar, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909.

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1466, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04549-000

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, Mont'Serrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90450-001

1
+55 21 2500-4500
+55 51 2318-0206
rjicv@rjicv.com.br
rjicv.com.br



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

COMUNICADO AOS COTISTAS
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA PYXIS INSTITUCIONAL IMA-B
CNPJ 23.896.287/0001-85

A Genial Gestão Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.119.959/0001-83, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, conjunto 91, parte, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132 ("Genial"), na qualidade de gestora do Fundo de Investimento de Renda Fixa Pyxis Institucional IMA-B ("Fundo Pyxis"), vem comunicar aos cotistas sobre a realização de acordo com a N-Box Logística e Armazenamento de Cargas S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.541.524/0001-43 ("N-Box") para recuperação do crédito, nos seguintes termos:

1. ATIVO N-BOX

- I. Em 30 de setembro de 2016, a N-Box emitiu em favor da Domus Companhia Hipotecária S.A. ("Domus") a Cédula de Crédito Bancário nº 070 ("CCB"), no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com data de vencimento em 30 de setembro de 2021 e atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidos de juros remuneratórios de 10% (dez por cento) ao ano. Os Termos e Condições Gerais da CCB previam a possibilidade de emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCIs") sob a forma escritural, com lastro na CCB.
- II. Foram emitidas 9 (nove) CCIs representativas dos créditos da CCB, sendo elas: CCI nº 192, CCI nº 215, CCI nº 224, CCI nº 225, CCI nº 239, CCI nº 275, CCI nº 281, CCI nº 282 e CCI nº 291. O Fundo Pyxis adquiriu as CCIs nº 224, nº 225 e nº 275, pelos respectivos valores históricos de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O Fundo de Investimento Sculptor Crédito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 14.655.180/0001-54 ("Fundo Sculptor") adquiriu as CCIs nº 192, nº 215, nº 239 e nº 291, pelos respectivos valores históricos de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). O Fundo de Investimento Renda Fixa Monte Carlo Institucional IMA-B, inscrito no CNPJ sob o nº 15.153.656/0001-11 ("Fundo Monte Carlo") adquiriu as CCIs nº 281 e nº 282, pelos respectivos valores históricos de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
- III. As CCIs são garantidas por: (a) alienação fiduciária de imóvel registrado sob a matrícula nº 6.481 do Registro Geral de Imóveis de Navegantes/SC ("Imóvel"); e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da comercialização dos galpões. Considerando os valores das CCIs, o Fundo Pyxis é proprietário fiduciário de 26% (vinte e seis por cento) do Imóvel e fará jus ao mesmo percentual dos recebíveis. O Fundo Sculptor, então, é credor fiduciário de 62% (sessenta e dois por cento) e o Fundo Monte Carlo, de 12% (doze por cento).

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOSgenial | gestão
investimentos

- IV. O financiamento tinha o objetivo de viabilizar a construção do Next Terminal Logístico, composto por três galpões logísticos, em Navegantes/SC. Pelo que se tem conhecimento, houve um atraso na entrega e, portanto, na comercialização dos galpões em razão de pendências no processo de aprovação do projeto perante a prefeitura. Diante da ausência de receita, a N-Box não conseguiu cumprir as obrigações de pagamento assumidas. Em 4 de janeiro de 2019, o Fundo Pyxis encaminhou à N-Box notificação declarando o vencimento antecipado da dívida.

2. MEDIDAS JUDICIAIS

- V. Em 20 de março de 2019, o Fundo Pyxis ajuizou a Execução de Título Extrajudicial nº 1024549-87.2019.8.26.0100 ("Execução Pyxis"), em curso perante a 23ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, cujo saldo devedor, atualizado em 10 de dezembro de 2025, totaliza R\$ 77.624.775,84 (setenta e sete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). O Castro, Sobral e Gomes Advogados ("Castro Barros Advogados"), inscrito no CNPJ sob o nº 42.278.168/0001-03, é o assessor jurídico que representa os interesses do Fundo Pyxis.
- VI. Uma vez configurado o inadimplemento, o Fundo Sculptor ajuizou a Execução de Título Extrajudicial nº 1109870-90.2019.8.26.0100 ("Execução Sculptor"), em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, e o Fundo Monte Carlo, a Execução de Título Extrajudicial nº 1129238-85.2019.8.26.0100 ("Execução Monte Carlo"), em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP.
- VII. Na Execução Pyxis, em conjunto com os assessores jurídicos, o Fundo Pyxis implementou medidas de pesquisa na tentativa de identificar e penhorar ativos da devedora – tais como, penhora online via SISBAJUD e pesquisa de bens via RENAJUD e SNIPER –, porém, todas restaram infrutíferas. O principal ativo, então, que pode contribuir para a recuperação do crédito é o imóvel dado em alienação fiduciária. O Fundo Pyxis, o Fundo Sculptor e o Fundo Monte Carlo requereram em suas próprias execuções o leilão do imóvel. As iniciativas em paralelo não conflitam, tampouco prejudicam, a recuperação do crédito. Afinal, nos autos judiciais em que o leilão ocorresse primeiro, todos os credores poderiam aproveitar. Em 17 de outubro de 2022, o imóvel foi leiloado e arrematado nos autos da Execução Monte Carlo, pelo valor de R\$ 26.906.658,00 (vinte e seis milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), que deverá, então, ser repartido na proporção das dívidas dos credores.
- VIII. Nos autos da Execução Monte Carlo, em 18 de outubro de 2022 – isto é, um dia após a arrematação –, a empresa Agropecuária Ferreira Ltda. ("Agropecuária") após os Embargos de Terceiro nº 1114342-32.2022.8.26.0100 ("Embargos de Terceiro Monte Carlo") para impugnar a construção. A embargante alega ser legítima possuidora de parcela da frente do imóvel, desde 1989, e, por esse motivo, pleiteia a declaração de nulidade do leilão e o cancelamento dos gravames que recaem sobre o bem.

- IX. Em 29 de maio de 2019, os Embargos de Terceiro Monte Carlo foram julgados improcedentes, sob o entendimento de que a embargante não teria comprovado o exercício da posse e o justo título de aquisição de propriedade. Contudo, a Agropecuária interpôs recurso de apelação, que foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, determinando a anulação da sentença por cerceamento de defesa. Com isso, os autos dos Embargos Monte Carlo retornaram à primeira instância, para que seja realizada fase de produção probatória e realizado novo julgamento de mérito com base nas provas eventualmente produzidas.
- X. Em 27 de julho de 2023, a empresa FEMEPE Empreendimentos e Participações Ltda. ("FEMEPE"), em conjunto com a Agropecuária, opôs os Embargos de Terceiro nº 1101442-80.2023.8.26.0100 ("Embargos de Terceiro Sculptor") para impugnar a constrição deferida na Execução Sculptor. As embargantes alegaram serem possuidoras da mesma parcela frontal do imóvel, desde 1996, e, por isso, pleiteiam a desconstituição da penhora e o cancelamento da alienação fiduciária.
- XI. Em 11 de dezembro de 2024, os Embargos de Terceiro Sculptor foram julgados improcedentes, em termos semelhantes aos Embargos de Terceiro Monte Carlo, também por se entender que a embargante não teria comprovado o exercício da posse e o justo título de aquisição de propriedade. Assim, como naquele caso, a embargante interpôs recurso de apelação, que foi provido para que fosse anulada a sentença por cerceamento de defesa. Nesse caso, ainda está pendente o trânsito em julgado da decisão de segunda instância e, caso confirmada, o retorno dos autos à comarca de origem para instrução probatória e novo julgamento.
- XII. Nesse cenário, os R\$ 26.906.658,00 (vinte e seis milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) depositados na Execução Monte Carlo pelo arrematante do imóvel somente poderão ser levantados, se julgados improcedentes os Embargos de Terceiro Monte Carlo e dos Embargos de Terceiro Sculptor.
- XIII. Nos autos da Execução Pyxis, enquanto aguardava o deferimento do levantamento do produto da arrematação, foram requeridas novas medidas executivas que se revelaram infrutíferas. Em 21 de julho de 2025, o Fundo Pyxis requereu a realização de consulta via SNIPER, a fim de localizar outros ativos de pessoas naturais e jurídicas relacionadas à N-Box. O pedido de consulta ao SNIPER foi indeferido sob o fundamento de que a alegada ausência de bens do devedor não bastaria para justificar o deferimento da medida. Em 14 de novembro de 2025, o Agravo de Instrumento nº 2261149-08.2025.8.26.0000, interposto pelo Fundo Pyxis contra a decisão, foi provido para determinar que seja promovida a consulta ao SNIPER.

3. PROPOSTA

- XIV. Em 8 de dezembro de 2025, a VCM Gestão de Capital Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.678.380/0001-05, na qualidade de gestora do Fundo Monte Carlo, encaminhou por

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

genial | gestão
investimentos

e-mail à Genial a Proposta Formal de Quitação de Dívida ("Proposta"), apresentada pela N-Box, representada por seu sócio Cristiano Adalberto de Souza ("Cristiano"), com data de 1º de dezembro de 2025.

XV. A Proposta propõe a quitação das dívidas detidas pelo Fundo Pyxis, Fundo Sculptor e Fundo Monte Carlo contra a N-Box a partir do pagamento do valor total de R\$ 34.000.000,00, sendo R\$ 30.600.000,00 (trinta milhões e seiscentos mil reais) pagos aos fundos credores e R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais) pagos aos assessores jurídicos dos fundos credores, ambos os valores divididos em quatro parcelas, da seguinte forma e nas seguintes datas:

- (i) Entrada, com pagamento previsto para a data de assinatura do acordo, no valor total de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 1.395.000,00 (um milhão trezentos e noventa e cinco mil reais) destinados ao Fundo Sculptor, R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) destinados aos advogados do Fundo Sculptor, R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) destinados ao Fundo Pyxis, R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) destinados aos advogados do Fundo Pyxis, R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) destinados ao Fundo Monte Carlo e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinados aos advogados do Fundo Monte Carlo.
- (ii) 1ª Parcela, com pagamento previsto para 20 de abril de 2026, no valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$ 1.674.000,00 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil reais) destinados ao Fundo Sculptor, R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais) destinados aos advogados do Fundo Sculptor, R\$ 702.000,00 (setecentos e dois mil reais) destinados ao Fundo Pyxis, R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) destinados aos advogados do Fundo Pyxis, R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais) destinados ao Fundo Monte Carlo e R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) destinados aos advogados do Fundo Monte Carlo.
- (iii) 2ª Parcela, com pagamento previsto para 20 de outubro de 2026, no valor total de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 5.301.000,00 (cinco milhões trezentos e um mil reais) destinados ao Fundo Sculptor, R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais) destinados aos advogados do Fundo Sculptor, R\$ 2.223.000,00 (dois milhões duzentos e vinte e três mil reais) destinados ao Fundo Pyxis, R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais) destinados aos advogados do Fundo Pyxis, R\$ 1.026.000,00 (um milhão vinte e seis mil reais) destinados ao Fundo Monte Carlo e R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) destinados aos advogados do Fundo Monte Carlo.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS



- (iv) 3ª Parcela, com pagamento previsto para 20 de abril de 2027, no valor total de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), divididos assim como na 2ª Parcela.
 - (v) 4ª Parcela, com pagamento previsto para 10 de outubro de 2027, no valor total de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), divididos assim como na 2ª e 3ª Parcelas.
- XVI. A proposta prevê a correção das parcelas pelo IPCA acrescido de 6,00% ao ano. Assim, o Fundo Pyxis receberia o valor de R\$ 7.956.000,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais), atualizado o saldo devedor na data de cada parcela.

4. ANÁLISE DA GESTORA

- XVII. A Proposta prevê o pagamento de R\$ 7.956.000,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais) ao Fundo Pyxis, que, pelo que se tem conhecimento, é valor maior que a sua expectativa de recebimento em caso de sucesso nas medidas judiciais, a qual está atrelada principalmente ao valor de arrematação do Imóvel, cuja parcela devida ao Fundo Pyxis seria de aproximadamente R\$ 6.995.731,08 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e oito centavos), isto é, cerca de 26% (vinte e seis por cento) do valor pelo qual o Imóvel foi alienado no âmbito judicial.
- XVIII. Em 31 de janeiro de 2019, a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo Pyxis aprovou Plano de Liquidação, o qual estabeleceu que a estratégia de recuperação do crédito também seria baseada na realização de acordos extrajudiciais, quando esses forem mais interessantes ao Fundo Pyxis que a continuidade das medidas judiciais. Em relação à dívida devida contra a N-Box, a expectativa de recuperação do crédito está atrelada principalmente ao leilão e arrematação do Imóvel, que já ocorreram nos autos da Execução Monte Carlo. Apesar de o Fundo Pyxis ter a expectativa de que os R\$ 26.906.658,00 (vinte e seis milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) depositados na Execução Monte Carlo sejam revertidos em parte - cerca de 26% (vinte e seis por cento) - a seu favor, hoje, não há certeza sobre a validade dessa arrematação, tampouco sobre a exigibilidade da alienação fiduciária que está sendo discutida nos Embargos de Terceiro Sculptor e Monte Carlo.
- XIX. Em caso de sucesso dos embargantes nos Embargos de Terceiro Sculptor e Embargos de Terceiro Monte Carlo, o Fundo Pyxis e os demais credores não só estariam impedidos de levantar o produto da arrematação, mas também perderiam parte da testada frontal do Imóvel, o que poderia impactar seu valor e sua atratividade para potenciais compradores interessados. Assim, a expectativa de recuperação de crédito poderia ser significativamente reduzida.

- XX. Em 6 de novembro de 2023, a Genial contratou a Range Soluções de Crédito e Tecnologia Ltda. ("Range"), inscrita no CNPJ sob o nº 23.802.712/0001-20, para realizar pesquisa patrimonial em nome da devedora N-Box, cujo relatório final identificou que os potenciais bens atingíveis estariam em nome dos sócios da N-Box e/ou de outras empresas integrantes do seu grupo econômico. Assim, a recuperação de quaisquer valores, além daqueles oriundos da arrematação do Imóvel, implicaria a instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, o que poderia sujeitar o Fundo Pyxis à eventual condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais a 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito atualizado, na hipótese de indeferimento do pedido. No caso concreto, conforme atestado pelos assessores jurídicos do Fundo Pyxis, os elementos de confusão patrimonial não são suficientemente robustos a ponto de justificar um risco sucumbencial tão elevado.
- XXI. Nesse sentido, em 13 de novembro de 2025, em relação à Proposta apresentada pela N-Box, o Castro Barros Advogados encaminhou parecer jurídico confirmando a viabilidade do acordo, destacando, entre outros pontos, que: *"não há informações sobre a existência de outros bens da N-Box, sendo certo que, no cenário atual, as chances de êxito de eventual IDPJ para atingir bens e terceiros (controlador, empresas do grupo e "laranjas") são reduzidas, sobretudo porque, no primeiro IDPJ ajuizado pelo Fundo Pyxis (objeto de posterior desistência), o Juiz indeferiu o pedido de arresto cautelar por não vislumbrar, ao menos de início, "prova cabal do desvio de finalidade ou confusão patrimonial a envolver a empresa executada".*
- XXII. A gestora não vislumbra oportunidade para negociar com a devedora condições diferentes da Proposta oferecida, uma vez que o Fundo Sculptor e o Fundo Monte Carlo já aceitaram os termos apresentados. Mais do que isso, a gestora entende que recusar a proposta, enquanto os demais credores aceitam seus termos, pode deixar o Fundo Pyxis em posição de desvantagem caso pretenda negociar futuramente.

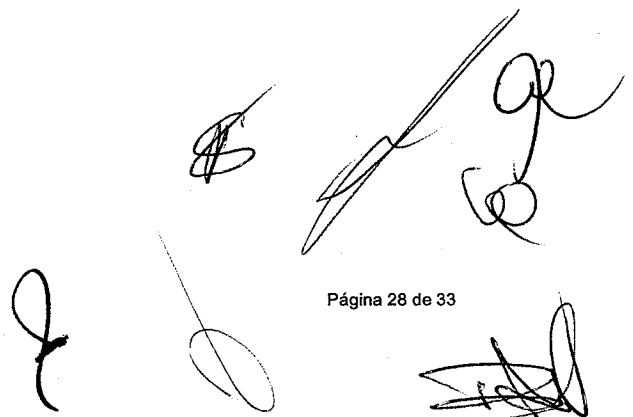
5. CONCLUSÃO

- XXIII. Diante desse cenário, levando em consideração os melhores interesses do Fundo Pyxis, a Genial formalizará o acordo proposto pela N-Box, caso não haja qualquer manifestação por parte dos cotistas até o dia 26 de dezembro de 2025 (sexta-feira).

A Genial está à disposição para responder a quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos adicionais pelo endereço eletrônico fundosiliquidados@genial.com.br.

São Paulo, 22 de dezembro de 2025.

Genial Gestão Ltda.



12 – DISCUSSÃO ACERCA DAS APLICAÇÕES

O desempenho consolidado da Carteira Pauliprev no exercício de 2025 demonstrou solidez ao superar consistentemente a meta atuarial estabelecida (IPCA + 5,22%). Enquanto o índice inflacionário (IPCA) acumulou 4,26% no ano, a rentabilidade da carteira atingiu 13,91%, representando um cumprimento de 143,35% da meta estipulada. Este resultado positivo foi impulsionado principalmente pelo segmento de Renda Fixa, que encerrou o período com um saldo de aproximadamente R\$ 1,68 bilhão, e pela estratégia de maior exposição em Títulos Públicos, que apresentou um crescimento de cerca de 28% da carteira de títulos no ano.

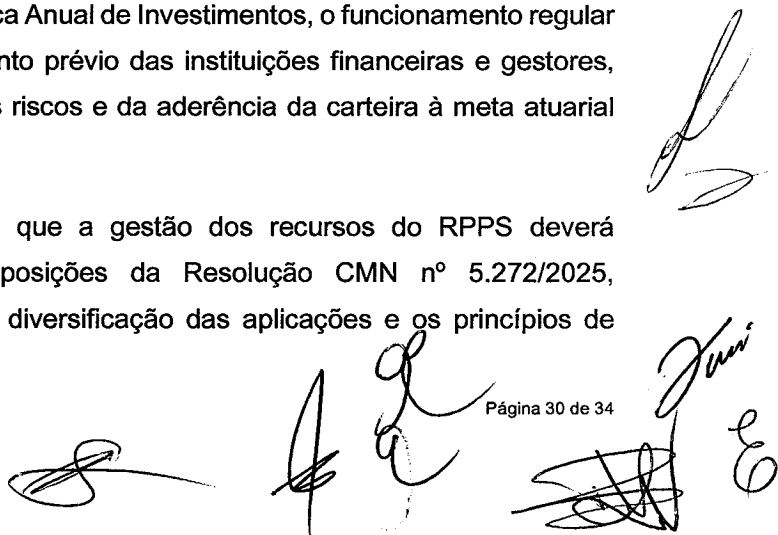
No que tange à composição de liquidez, o patrimônio total de R\$ 1,998 bilhão ao final de dezembro reflete uma gestão dinâmica entre ativos líquidos e de menor liquidez. Os fundos líquidos apresentaram oscilações ao longo dos meses, encerrando o ano em R\$ 1,89 bilhão (alta de 15,36%), enquanto os ativos considerados ilíquidos e outros ajustes, totalizaram R\$ 107,9 milhões. Vale destacar a redução estratégica em segmentos de maior risco, como o de Ações, que registrou uma redução de 14,8% no ano.

O Comitê de Investimentos registra que a Resolução CMN nº 5.272/2025, editada pelo Conselho Monetário Nacional, estabelece as diretrizes e limites para a aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, reforçando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na gestão dos recursos previdenciários.

A referida norma organiza as aplicações em segmentos de investimento, destacando-se renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, estabelecendo limites e condições específicas para cada modalidade, com o objetivo de promover a adequada diversificação das carteiras e a mitigação de riscos. Essa nova resolução irá entrar em vigor em 02/02/2026.

A resolução também reforça a necessidade de governança na gestão dos recursos, exigindo a elaboração e observância da Política Anual de Investimentos, o funcionamento regular do Comitê de Investimentos, o credenciamento prévio das instituições financeiras e gestores, bem como o monitoramento permanente dos riscos e da aderência da carteira à meta atuarial do regime.

Nesse contexto, o Comitê registra que a gestão dos recursos do RPPS deverá permanecer estritamente alinhada às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, observando-se os limites regulamentares, a diversificação das aplicações e os princípios de



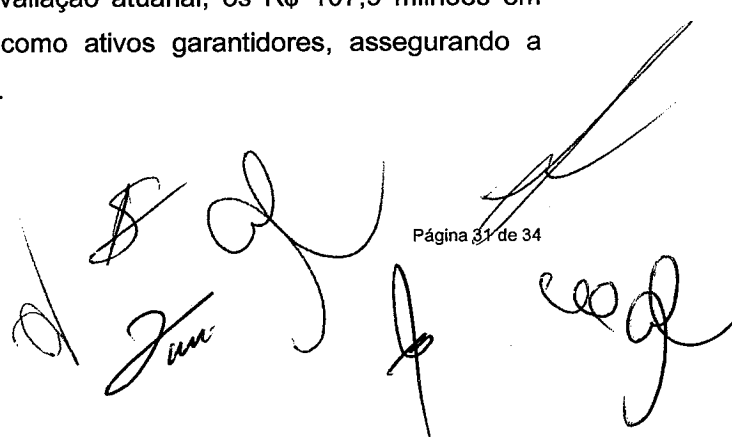
prudência e responsabilidade na administração dos recursos previdenciários e observada a Política de Investimentos.

A PAULIPREV encaminhou ao Sr. Andrey de Mello Moura, Coordenador de Acompanhamento dos Investimentos do Ministério da Previdência Social, o Relatório de Diligência de Fundos Estressados referente ao 4º trimestre de 2025.

O Relatório de Diligência de Fundos Estressados relativo ao quarto trimestre de 2025 foi apresentado ao comitê com ênfase nas medidas contínuas de governança e na recuperação de ativos da PAULIPREV, instituição que detém a certificação Pró-Gestão Nível II. No balanço do período, destacou-se que o esforço de recuperação realizado entre os anos de 2019 e 2025 já garantiu o retorno de mais de R\$ 127,9 milhões aos cofres do instituto. Para fins de ilustração do impacto financeiro, esse montante, sob uma taxa Selic de 15%, representaria aproximadamente R\$ 19 milhões em juros. No encerramento de dezembro de 2025, o estoque de ativos classificados como desenquadrados ou com perdas potenciais somava R\$ 107.915.580,85, dentro de um patrimônio líquido total que atingiu a marca de R\$ 1.990.585.643,11.

No que tange às movimentações financeiras do trimestre, o fundo PIATA FIRF LP PREV CP registrou uma recuperação de R\$ 111.860,83, tendo também sua liquidação prorrogada por mais um ano para possibilitar o encerramento via recuperação ou leilão de cotas. Paralelamente, foi aprovada uma amortização de R\$ 5.000.000,00 no fundo BR HOTEIS FII e deliberada a incorporação do FIP GESTÃO EMPRESARIAL MULTISTRATÉGIA II pelo seu respectivo fundo I, devido ao patrimônio líquido negativo e à carência de recursos.

A postura de governança da PAULIPREV seguiu rigorosamente os pareceres de auditoria externa, resultando na aprovação das contas do HAZ FII e na abstenção sistemática nos fundos FP2 FIP, INFRA SETORIAL FIP, INFRA REAL ESTATE FII e INCENTIVO MULTISSETORIAL I FIDC. No campo jurídico, o investidor de litigância do fundo GERAÇÃO DE ENERGIA FIP iniciou o processo arbitral contra antigos gestores, enquanto no INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II, o instituto manifestou-se judicialmente contra o pagamento baseado no valor histórico da cota, defendendo uma distribuição proporcional em futura conciliação. Por fim, reiterou-se o compromisso de que, na próxima avaliação atuarial, os R\$ 107,9 milhões em aplicações estressadas não sejam computados como ativos garantidores, assegurando a fidedignidade das provisões do plano de benefícios.



13 – PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

O cenário econômico nacional observado no início de 2026 mantém a transição iniciada no final de 2025, caracterizada por um ambiente de maior previsibilidade macroeconômica, embora ainda marcado por cautela. Após um período prolongado de política monetária restritiva, a economia brasileira iniciou o ano apresentando sinais de estabilização da inflação e de recuperação gradual da atividade econômica.

A inflação segue em processo de desaceleração em relação aos picos observados nos anos anteriores, embora ainda permaneça próxima ao limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Em resposta a esse cenário, o Banco Central do Brasil tem conduzido sua política monetária de forma prudente, mantendo a taxa básica de juros em patamar ainda elevado no início de 2026, aguardando maior consolidação das expectativas inflacionárias e maior previsibilidade do quadro fiscal. Até o início de março de 2026 é prevista a taxa Selic permanecer em 15% ao ano, refletindo a postura cautelosa da autoridade monetária diante dos riscos fiscais e das pressões inflacionárias persistentes em alguns segmentos da economia.

No campo da atividade econômica, indicadores recentes apontam crescimento moderado, com destaque para a resiliência do mercado de trabalho e a continuidade da expansão do setor de serviços. O consumo das famílias permanece sustentado pela melhora gradual da renda e pela redução parcial do custo do crédito observada ao longo de 2025. Contudo, os investimentos produtivos ainda avançam de forma gradual, refletindo a cautela dos agentes econômicos diante das incertezas fiscais e do ambiente político.

No aspecto fiscal, o cenário segue demandando atenção dos agentes econômicos e do mercado financeiro. O acompanhamento das metas do novo arcabouço fiscal e a condução das contas públicas permanecem como fatores determinantes para a evolução das expectativas de juros, inflação e crescimento econômico ao longo de 2026. Além disso, o ambiente político nacional, marcado pelo início das articulações para o ciclo eleitoral de 2026, tende a elevar a sensibilidade dos mercados a eventuais ruídos institucionais ou fiscais, reforçando a necessidade de prudência na gestão de riscos.

No cenário internacional, observa-se uma desaceleração gradual da inflação nas principais economias, o que tem permitido às autoridades monetárias sinalizar, de forma cautelosa, a possibilidade de início ou continuidade de ciclos de flexibilização monetária ao longo de 2026. Nos Estados Unidos e na Europa, o crescimento econômico permanece moderado,



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

enquanto os mercados seguem atentos às decisões de política monetária e às tensões geopolíticas que ainda influenciam o comércio internacional e os fluxos de capitais.

Diante desse conjunto de fatores, as perspectivas econômicas observadas até o início de março de 2026 indicam que os ativos de renda fixa permanecem atrativos, especialmente os títulos indexados à inflação e aqueles vinculados às taxas de juros reais, que continuam oferecendo retornos relevantes diante do atual patamar da política monetária. Por outro lado, os ativos de renda variável seguem demandando maior seletividade e horizonte de investimento de longo prazo, tendo em vista a volatilidade associada ao cenário fiscal, político e internacional.

Em síntese, os primeiros meses de 2026 tem sido marcado pela busca de preservação de capital, diversificação de carteira e estrita observância das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do regime, elementos fundamentais para assegurar a sustentabilidade financeira e atuarial dos planos previdenciários após a implementação da segregação de massas.

Paulínia, 02 de fevereiro de 2026.



DOUGLAS HENRIQUE MUNICELLI
CP RPPS CGINV III e DIRIG III
CPA 20

Membro do Comitê de Investimentos
Diretor Administrativo - Financeiro



ADELSON C. DOS SANTOS
CP RPPS CGINV III CPA 20

Membro do Comitê de Investimentos



MARCOS ANTONIO SAMBO
CP RPPS CGINV I
CPA 10

Membro do Comitê de Investimentos

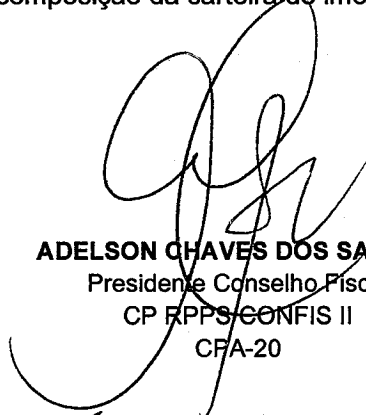


RONALDO NAOMASSA NAKADA
CP RPPS CGINV I

Membro do Comitê de Investimentos

APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Conforme o Manual do pró-gestão RPPS, a elaboração de relatórios mensais de investimentos contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos, com parecer mensal do Comitê de Investimentos, seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal, referente ao acompanhamento das rentabilidades e dos riscos das diversas modalidades de operação realizadas e da aderência das alocações e processos decisórios de Investimentos à Política de Investimentos, bem como o relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver.



ADELSON CHAVES DOS SANTOS
Presidente Conselho Fiscal
CP RPPS CONFIS II
CFA-20



REGINALDO APARECIDO NAVES
CP RPPS CONFIS I



ADEMIR PEREIRA
CP RPPS CONFIS I



NARA MARTINS MORETTI
CP RPPS CONFIS I



ELIETE MARIA DA SILVA
CP RPPS CONFIS I

